



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 11 de dezembro de 2015 às 09h00min

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 123ª (centésima vigésima terceira) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Rodrigo Teixeira de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. José Roberto Silva, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sra. (senhora) Carla Vieira Alvarenga, 2ª (segunda) Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, 1º (primeiro) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sra. Ivone Maria Carvalho Rocha, 2ª Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da ONG Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Reginaldo de Camargo, 1º Suplente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RODRIGO (PRESIDENTE): Bom dia a todos, vamos iniciar pauta da nossa 123ª (centésima vigésima terceira) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na data do dia 11 de dezembro de 2015, às 09 horas na sede Regional do SISEMA. Convido a todos para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.** Bom dia a todos. Meu nome é Rodrigo, eu sou hoje Diretor Regional de Controle Processual da SUPRAM Noroeste de Minas, é um prazer novamente estar aqui com os senhores. Já conhece alguns até de visita por outras oportunidades que eu tive de presidir este COPAM. Dando então sequência à nossa pauta, passo ao Item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais: THIAGO**



(FIEMG): Bom dia Sr. Presidente, Bom dia aos colegas de Conselho, Bom dia aos técnicos e aos empreendedores. Só gostaria de pedir um auxílio à SUPRAM e a todos os técnicos que atendem os empreendimentos para que possam nos ajudar a informar ao empreendedor que para o ano que vem já estão programadas aqui para a nossa Regional FIEMG, alguns eventos pontuais para orientação da Indústria. Então, no início do ano que vem, já em Janeiro, nós vamos apresentar o Calendário das obrigações ambientais industriais durante todo o ano, com a palestra de alguns representantes do IBAMA, que vão vir falar sobre Cadastro Técnico Federal e meados do ano nós vamos fazer um curso ou alguma palestra referente ao reuso, a eco eficiência na utilização do recurso hídrico, após o meio do ano nós já vamos trabalhar a gestão de resíduos e vamos tentar finalizar aí com o atendimento de Condicionantes e fiscalização. E vamos buscar aqui na SUPRAM parceria para que os técnicos possam ir lá ensinar e orientar os gestores da Indústria. Obrigado e bom dia. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Diante de uma demanda do pessoal de Araxá e nós como representante da Sociedade Civil venho aqui dizer que há uma denúncia de que houve um vazamento de ácido sulfúrico na planta química da Vale, inclusive os funcionários dizem que é muito maior do que o que a Vale diz que vazou. Então, isso é preocupante para nós da Sociedade Civil, isso foi veiculado em jornais e representantes da Sociedade Civil daquela região está cobrando da gente, que a gente tem que estar de olho nisso. Então, isso é o que eu queria dizer para todos aqui. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Conselheiro Antônio Geraldo, a SUPRAM recebeu, foi comunicado o NEA e o Núcleo de Emergência Ambiental esteve no local e fez os relatórios, então, esse relatório está com o Núcleo de Emergência Ambiental do Estado de Minas Gerais. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Muito bem. RODRIGO (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? Não havendo, passo então ao Item 4. **Exame da Ata da 122ª RO de 13/11/2015.** Em discussão. GLAUCIMAR (CODEMA): Abstenção, por não estar presente na última reunião. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Abstenção, pelas mesmas razões. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Abstenção, por também não estar presente na última reunião. THIAGO (FIEMG): Abstenção. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, em votação. Os Conselheiros que forem favoráveis à aprovação da Ata como está, permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. Aprovada, respeitadas as abstenções já mencionadas. Passo então aos pontos restantes da nossa pauta, que eu lerei e os que tiverem interesse que peçam destaque, por favor. Item 5. **Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Instalação:** 5.1 Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido - minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Serra do Salitre/MG - PA/Nº 09039/2005/003/2010 DNPM 830.373/1995 e 09039/2005/004/2012 DNPM 830.374/1995 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos. Destaque, por favor. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:** 6.1 Eliane Franco Souza / Fazenda Rancharia - Avicultura de corte e reprodução - Prata/MG - PA/Nº 14271/2006/003/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. **RETIRADO DE PAUTA EM 13/11/2015.** Destaque da SUPRAM também no item 5.1. Item 7. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia:** 7.1 GLEP Energias Renováveis e Participações S.A. / Usina Fotovoltaica Piedade I - Usina solar fotovoltaica - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 10560/2007/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. 8. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 8.1 SAE - Superintendência de Água e Esgoto de Araguari / ETE Brejo Alegre - Tratamento de esgotos sanitários - Araguari/MG - PA/Nº 05246/2009/002/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque da SUPRAM. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. FERNANDO RUAS (ABES): Destaque. RODRIGO



(PRESIDENTE): Item 9. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação:** 9.1 Construtora Triunfo S.A. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento, usinas de produção de concreto asfáltico, usinas de produção de concreto comum - Prata/MG - PA/Nº 19984/2014/002/2015 DNPM 832.418/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque da SUPRAM também. Item 10. **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:** 10.1 Renato Carlos Soier - Tratamento químico para preservação de madeira - Araguari/MG - PA/Nº 29672/2012/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): 10.2 Polimix Concreto Ltda. - Usinas de produção de concreto comum - Uberlândia/MG - PA/Nº 11762/2005/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. 10.3 Macedo & Souza Ltda. (Ex - Décio Auto Posto Buriti Ltda.) - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Uberlândia/MG - PA/Nº 02023/2001/002/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): 10.4 Marra & Marra Comercial Ltda. / Auto Posto Presidente - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 01740/2001/004/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. 10.5 Auto Posto Carlitos Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Iturama/MG - PA/Nº 01926/2001/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 11. **Processos Administrativos para exame da Revalidação da Licença de Operação:** 11.1 Raízen Combustíveis S.A. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 00034/1992/010/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 11.2 Auto Posto Canadá de Iturama Ltda. EPP - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Iturama/MG - PA/Nº 01220/2003/004/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque da SUPRAM. Item 12. **Processo Administrativo para exame de Adendo à Revalidação da Licença de Operação:** 12.1 Vale Fertilizantes S.A. - Exploração e beneficiamento de minério de fosfato - Tapira/MG - PA/Nº 00001/1988/013/2007 DNPM 930.785/1988 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Destaque. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RODRIGO (PRESIDENTE): Item 13. **Processo Administrativo para exame da Alteração da Condicionante da Revalidação da Licença de Operação:** 13.1 Black & Decker do Brasil Ltda. - Fabricação de eletrodomésticos - Uberaba/MG - PA/Nº 00097/1996/016/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Item 14. **Proposta de agenda anual para as reuniões da Unidade Regional Colegiada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do COPAM para o ano de 2016. Apresentação: Supram TMAP.** Será feita após a discussão dos processos. Vamos ver os processos que não obtiveram destaque. Algum dos processos que não obtiveram destaque os inscritos interessam em falar ou não? Então, coloco em votação os processos que não obtiveram destaque até o presente momento que são: Item 6.1 Eliane Franco Souza; item 7.1 GLEP Energias Renováveis e Participações S.A.; 10.2 Polimix Concreto Ltda; 10.4 Marra & Marra Comercial Ltda; 10.5 Auto Posto Carlitos Ltda e 13.1 Black & Decker do Brasil Ltda. Aqueles que forem favoráveis ao Parecer da SUPRAM, permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. Processos aprovados. Vamos então retornar à análise do item 5.1 com destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Sr. Presidente, eu conversei com os empreendedores e também com o nosso Diretor Técnico, eu reputo, pelo menos da minha parte, os demais Conselheiros



também podem se manifestar; que seja feita a explicação, ainda que sucinta do “*Dam-breake*” da Barragem, porque realmente a questão de Mariana tem despertada por parte do Ministério Público, eu tenho certeza que por parte de todos, uma preocupação redobrada no que tange a Barragem de Rejeitos. Então, faço essa sugestão para que se houver interesse dos demais Conselheiros, para que os profissionais, os consultores da empresa pudessem fazer essa explicação, ainda que singela para nós. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok, acho importante. José Roberto, antes de você se manifestar eu acho interessante a gente ouvir a equipe responsável pela elaboração dos estudos. THIAGO (FIEMG): Até para corroborar com o Dr. Carlos Valera; o Consultor, o Dinésio, até gostaria de fazer uma explanação sobre essa questão. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Rodrigo, Presidente do COPAM, só apenas uma explanação sobre a equipe técnica, fazer a leitura e acho que vai complementar isso que o Dr. Valera e o Thiago falaram também. Então, se eu pudesse fazer a leitura antes da apresentação. O empreendimento apresentou, porque foi pedido pelo Conselheiro Dr. Carlos, se estava compreendendo a DN 62 e “*Dam-breake*”, então é isso que eu vou apresentar. O empreendimento apresentou o Plano de Segurança de Barragem, o Plano de Ação de Emergência (PAE), Análise de Ruptura (*Dam-breake*) da Barragem compreendendo os artigos 4º e 5º da Deliberação Normativa 62/2002 pelo projeto executivo da Barragem, bem como o protocolo destes documentos junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, todos solicitados na 122ª Reunião Ordinária da URC Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, do Conselho de Política Ambiental. Ressalta-se que a equipe técnica da SUPRAM analisou a viabilidade ambiental do empreendimento no Parecer, sendo que o projeto de segurança é de responsabilidade do empreendedor. RODRIGO (PRESIDENTE): A empresa, por favor. DINÉSIO FRANCO (CONSULTORIA DA GALVANI): Sou responsável pela elaboração do Plano de Ação da Barragem do Jacú, que é o objeto da nossa questão hoje. O “*Dam-breake*”, só para esclarecimento geral, quer dizer, nós estamos usando esse termo em inglês, possivelmente esse termo vai se aportuguesar, mas *Dam* é Barragem, *breake* é ruptura, rompimento ou quebra. Então, quando se faz um “*Dam-breake*” se pretende através de uma simulação, ou seja, admite-se que a Barragem vai sofrer uma ruptura e a partir desse fluído que sai da Barragem, a partir do elemento que seja água, rejeito ou outro elemento. Então, admitida a ruptura a gente define qual é o caminho que esse material que foi liberado da barragem vai percorrer. Então, a conclusão que se pretende de um “*Dam-breake*” é definir a área afetada, ou seja, qual será a área afetada ao longo do percurso do rejeito e quais são os momentos, quais são os tempos que esses rejeitos ou essa água vão chegar nos diversos locais de preocupação. Para fazer um paralelo, porque agora o assunto de Mariana é o assunto que está em pauta, lá, por exemplo, certamente a Samarco possuía um estudo de “*Dam-breake*” que dizia quando que o rejeito ia chegar em Bento Rodrigues, que é a primeira Comunidade, quando ele chegaria no seu destino final, ou seja, quando que ele se dissiparia, onde que ele vai se dissipar, onde que ele vai perder o efeito. Então, vamos dizer, hoje nós temos, se comparar o “*Dam-breake*” feito, certamente foi feito, com o que se realizou então ele pode se verificar da eficiência disso. No nosso caso, o “*Dam-breake*” foi feito para uma Barragem de Água, a Barragem do Jacú é uma Barragem de água limpa e nós admitimos a ruptura da Barragem e temos então a faixa afetada. Eu não sei, eu sei que o tempo aqui é curto, essa é uma explicação, se por acaso for necessário a gente pode colocar de outra forma. CARLOS VALERA (PGJ): Gostaria, Professor, que o senhor explicasse qual a metodologia da Barragem, a montante e a jusante, aquela conversa que nós tivemos lá no empreendimento. DINÉSIO FRANCO (CONSULTORIA DA GALVANI): Ok. Desenhando seria até mais fácil. Dá licença, por favor. Sempre que acontece um evento infeliz como esse que aconteceu em Novembro, suscita uma série de preocupações e necessidades de todo mundo da população em conhecer os elementos. Então, passa a ser importante conhecer alguns, não só o



197 genérico, mas também alguns particulares desse tipo de obra. Existem basicamente 03 tipos
198 de Barragens de terra, nós estamos falando de Barragem de Terra, mas Barragem de Concreto,
199 de roncamento, existem vários tipos de Barragens para diversas utilidades. Como eu sei que o
200 nosso tempo é curto, eu vou só me referir só a Barragem de Rejeitos, de Água ou de Rejeito
201 ou de Terra, mas quando se vai fazer uma Barragem, por definição, pela Norma, a Barragem é
202 uma estrutura que se presta para conter um fluído, que pode ser água, rejeito ou outro
203 elemento, ou pode ser uma Barragem para lazer e etc. Então, quando se faz uma Barragem
204 para Hidroelétrica, por exemplo, aqui nós temos no Rio Grande 12 Barragens, uma seguida da
205 outra; no Rio Paranaíba também tem outras Barragens. Então, quando se faz para
206 Hidroelétrica se faz de uma vez só, constrói-se a barragem, pronto, é a altura final, porque é
207 um investimento. Quando se faz uma Barragem para água é a mesma coisa. Agora, quando se
208 faz uma Barragem para Mineração, ela tem que se adequar aos investimentos, às receitas.
209 Uma Mineração dura 10, 30, 50 anos, então, durante esse período são gerados rejeitos e esses
210 rejeitos que vão ser lançados nessa Bacia são gerados ano a ano. Então, também não há
211 necessidade de se fazer uma Barragem de uma só vez, por isso que em Mineração sempre se
212 faz Barragens com diversas etapas. Então, desse tipo existem algumas formas de fazer, uma
213 delas é o alteamento chamado de Jusante, que se constrói a Barragem para baixo, quer dizer,
214 em cima do terreno natural, dessa forma constrói a primeira e constrói-se as outras etapas.
215 Dessa forma, a Barragem chega na sua etapa final depois do tempo necessário e se presta ao
216 seu objetivo que é reter esse rejeito. Mas, também pode-se fazer essa Barragem construindo
217 pequenos maciços em cima do próprio rejeito, ou seja, lança-se esse rejeito aqui, esse rejeito
218 se torna uma praia, então, a gente faz diversos alteamentos chamados de alteamentos de
219 Montantes, esses alteamentos também levam ao mesmo resultado que é a Barragem ter no
220 final do volume necessário. Então, essas são as metodologias principais, existe a metodologia
221 chamada de linha principal, que não adianta falar porque na realidade ela é um misto entre as
222 duas. Então, essas são as diferenças entre um tipo de alteamento ou outro tipo de alteamento.
223 Cada um tem suas características, cada um tem suas viabilidades, existem rejeitos que não
224 permitem esse tipo de alteamento porque são rejeitos muito sem resistência, tipo Caulin,
225 Bauxita e etc. Ok? No presente caso os alteamentos nossos de Jusante, ou seja, esse tipo de
226 alteamento é que será praticado no projeto. RODRIGO (PRESIDENTE): Conselheiros, mais
227 alguma intervenção sobre esse assunto? Podemos então colocar em votação? Coloco então em
228 votação o processo 5.1 - Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., os que forem
229 favoráveis ao Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, os que forem contrários se
230 manifestem. Processo aprovado. Passamos então ao Item 8.1, destaque SUPRAM, Ministério
231 Público e Fernando Ruas. RODRIGO (SUPRAM): A SUPRAM queria fazer a inclusão de
232 uma Condicionante no Parecer, seguindo a numeração, a Condicionante seria: “*Apresentar*
233 *Programa de Aplicação da Lei Estadual 12503/97, prazo na formalização da LO*”. Essa Lei é
234 a que trata da aplicação do meio por cento na área ambiental. CARLOS VALERA (PGJ): Só
235 esclarecendo que a propositura da SUPRAM foi comunicada ao empreendedor e há consenso
236 e a proposta minha também foi comunicada ao empreendedor e houve consenso. Por quê?
237 Porque não obstante hoje a Legislação desobrigar a manutenção de Reserva Legal nos
238 empreendimentos voltados aos serviços de água e esgoto, nós observamos aqui que nós
239 teríamos uma discussão por causa de 6 mil metros quadrados. Então, eu conversei com o
240 empreendedor, com a Diretoria do SAE e eles concordaram em promover a averbação da
241 Reserva Legal. Então, eu queria sugerir aqui a inclusão de mais essa Condicionante, ou seja,
242 que o empreendimento averbe a sua Reserva Legal. O prazo também pode ser na formalização
243 da LO. FERNANDO RUAS (ABES): Uma dúvida a respeito dessa mesma Condicionante. A
244 ADIN, aquela Ação Direta de Inconstitucionalidade, referente a essa Lei, o Departamento
245 Jurídico tem alguma novidade? Ela já foi julgada procedente? Como que está essa situação?



Porque às vezes o empreendimento, ele fala 6 mil metros quadrados eu vou fazer para não ter problema, mas a questão é essa, a Lei hoje não obriga o empreendimento de utilidade pública, que vai atender 85 mil habitantes de Araguari, a ter essa questão de Reserva Legal. Então, gostaria de saber se tem alguma novidade referente a isso. RODRIGO (PRESIDENTE): Acabo de consultar a nossa Assessora Jurídica, ela nos informou que também realmente não tem decisão definitiva sobre essa ADIN, mas como o empreendedor aceitou, a equipe técnica da SUPRAM não vai se opor de forma nenhuma. THIAGO (FIEMG): Em que pese a decisão do empreendedor e respeitosamente a solicitação do nosso colega do Ministério Público, eu gostaria de constar que assim como o nosso colega Fernando constou que, mesmo que o empreendedor tenha aceitado fazer a Reserva, a Legislação o desobriga a realizar em razão do seu empreendimento ser de utilidade pública. . RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Mais alguma? Não. Então, coloco em votação o item 8.1 – SAE, aqueles que forem favoráveis ao processo nos termos do Parecer Único da SUPRAM, incluídas as Condicionantes propostas pela SUPRAM e pelo Ministério Público, ah, vocês votam separados aqui. Ok, então, vamos votar separado. Quem estiver de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, quem for contrário se manifeste. Aprovado. Com relação à Condicionante proposta pela SUPRAM, aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. Condicionante sugerida pela SUPRAM aprovada. Então, agora a Condicionante sugerida pelo Ministério Público, aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. FERNANDO RUAS (ABES): Contrário à inclusão, por não existir previsão legal para que um empreendimento de utilidade pública tenha Reserva Legal. THIAGO (FIEMG): Eu voto contra pelas mesmas razões já explicadas pelo nosso companheiro Fernando. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, Condicionante aprovada, com os dois votos contrários. Mais um. ELAINE (FAEMG): É só porque eu tinha entendido que colocaria, eu até votei a favor, mas porque eu tinha entendido que colocaria a observação que o Dr. Thiago falou, de que apesar de não estar obrigado o empreendedor se prontificou a averbar a Reserva. Eu gostaria que isso fosse incluído no Parecer. RODRIGO (PRESIDENTE): Bom, isso não faz parte do Parecer, na realidade foi proposta uma Condicionante e a FIEMG se manifestou contrária e se justificou legalmente o motivo de não concordar. Isso não faz parte do Parecer. ELAINE (FAEMG): Na Condicionante vai constar esses termos? RODRIGO (PRESIDENTE): Não, a Condicionante apenas averbar. THIAGO (FIEMG): Só para deixar claro. A SUPRAM concorda com a inclusão da Condicionante? Gostaria da manifestação do Jurídico. KAMILA (SUPRAM): Então, Conselheiro, isso já foi até objeto de outras discussões. A Lei Mineira 20.922 é reprodução da 12.651, da Lei Federal e realmente a dispensa é a regra para esses empreendimentos que não todos de utilidade pública, está lá listados quais empreendimentos que são dispensados da constituição da Reserva Legal e por isso o cumprimento a Lei, nós, enquanto analistas dos processos, não vamos incluir nos nossos Pareceres a obrigação da Constituição da Reserva Legal. Só que a gente não se opõe, conforme já foi até colocado ali pelo Técnico, mas não vai estar incluído nos nossos Pareceres. ELAINE (FAEMG): Então, nesse caso de não constar a observação eu também vou votar contrário. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Mais alguém é contrário? Então, Condicionante aprovada, com os 03 votos contrários já manifestados. Dando sequência passamos ao item 9.1, destaque da SUPRAM. JULIANA (SUPRAM): Eu gostaria de adicionar 01 item ao Anexo II do Programa de Auto monitoramento. A redação fica da seguinte forma: *“Item 03 – emissões atmosféricas dos veículos e equipamentos movidos a óleos diesel, enviar anualmente para SUPRAM TMAP durante a vigência da Licença, relatório contendo o monitoramento da frota e de equipamentos movidos a óleo diesel, conforme Resolução CONAMA nº 08/1990 e Portaria IBAMA nº 85/1996, que estabelece o programa interno de auto fiscalização da correta manutenção da frota de veículos movidos a*



295 *óleo diesel quanto a emissão de fumaça preta*”. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Alguma
296 sugestão? Podemos então colocar em votação esse processo. Os Conselheiros que forem
297 favoráveis ao Parecer da SUPRAM e a inclusão, conforme exposto pela técnica, permaneçam
298 como estão, os que forem contrários se manifestem. Processo aprovado. Item 10.1, destaque
299 do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): A rigor, Presidente, era uma dúvida e a
300 equipe técnica já me esclareceu. Muito obrigado. RODRIGO (PRESIDENTE): Então não
301 havendo outro destaque, coloco em votação o item 10.1 – Renato Carlos Soier, aqueles que
302 forem favoráveis ao Parecer SUPRAM da forma como consta, permaneçam como estão, os
303 que forem contrários se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Eu vou me abster nessa
304 votação, Sr. Presidente, porque existe uma discussão da dispensa da Reserva Legal e
305 obviamente eu quero dar liberdade para o Promotor local tomar as medidas que ele reputar
306 necessárias, daí o motivo da abstenção. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Processo aprovado,
307 com a abstenção do Ministério Público. IBAMA: Também me abstenho. RODRIGO
308 (PRESIDENTE): Registrada a abstenção também do IBAMA. ANTÔNIO GERALDO
309 (CERVIVO): Sr. Presidente, eu vou me abster também do voto. RODRIGO (PRESIDENTE):
310 Ok. Mais alguém? Processo aprovado. Item 10.3, destaque também do Ministério Público.
311 CARLOS VALERA (PGJ): Eu queria só que a equipe técnica pudesse me esclarecer por que
312 o Parecer fala em Classe 3 e aqui na Pauta está Classe 5. RODRIGO (SUPRAM): Classe 5
313 mesmo, foi erro. O processo é Classe 5 mesmo. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, diante
314 dessa informação, Sr. Presidente, como trata-se de um empreendimento Classe 5 eu queria
315 propor a Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP.
316 RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Mais alguma discussão sobre esse processo? Coloco em
317 votação, o item 10.3, aqueles que forem favoráveis ao processo nos termos do Parecer da
318 SUPRAM permaneçam como estão, contrários se manifestem. Processo aprovado. Coloco
319 agora em votação a Condicionante solicitada pelo Ministério Público, referente à
320 Compensação Ambiental. Aqueles que forem favoráveis a inclusão da Condicionante
321 permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. THIAGO (FIEMG): Voto
322 contra a inclusão da Condicionante, por entender que não há identificação do significativo
323 impacto ambiental no processo. ELAINE (FAEMG): Pelas mesmas razões. MARCIO
324 BOCHIO (FEDERAMINAS): Acompanhando o voto da FIEMG. FERNANDO RUAS
325 (ABES): Gostaria, antes de declarar meu voto, saber se em fases anteriores, porque esse não é
326 o primeiro processo, se já houve a cobrança da Lei do SNUC, essa Condicionante padrão e se
327 o prazo dela está com 90 dias? Porque depois que nós fizemos aquela moção lá. DAIANE
328 (SUPRAM): Conforme aquela moção que foi aprovada e tudo e não houve o retorno, o
329 entendimento foi que ficasse acordado entre o próprio Conselho. Padrão é 30 dias, se verificar
330 que não é suficiente aí vocês podem estar acordando aqui um prazo suficiente. FERNANDO
331 RUAS (ABES): Ok. Às vezes eu acho até que colocar esse prazo de 90 dias, porque mesmo se
332 o empreendedor não tiver condição de ver se já foi pago alguma coisa em outras fases do
333 processo, ele já apresentar aqui. Se todos do Conselho concordarem. KAMILA (SUPRAM):
334 Conselheiro, eu só entendo que não pode ser padrão. Porque em vários outros casos é simples,
335 é um simples ofício que pode ser protocolado em qualquer unidade do SISEMA, para abertura
336 do processo de compensação, não necessitaria de 90 dias para ser feito. Agora, diante desse
337 fato que esse processo tem um histórico aqui dentro, então, realmente para saber se já foi
338 objeto de compensação a gente até acha que não tem nenhuma objeção. Mas fora os outros
339 casos a gente entende que tem que ser 30 dias. FERNANDO RUAS (ABES): Perfeito.
340 GUSTAVO (IEF): Sr. Presidente, se me permite. Caso seja aprovada essa Condicionante do
341 SNUC, já que se trata de empreendimento dentro da Zona de Amortecimento dentro do
342 Parque Estadual Pau Furado, que esse investimento seja feito dentro dessa Unidade de
343 Conservação. Se for o caso já adicionar isso. CARLOS VALERA (PGJ): Dr. Gustavo, a



definição cabe à CPB, não cabe a nós. Nós temos só que condicionar a inclusão e obviamente depois os recursos submetidos à Câmara de Proteção a Biodiversidade que tem um critério posto numa Deliberação onde define os valores. Só que é obvio, um desses critérios postos na Deliberação, que me fugiu o número agora, diz que a prioridade é que o valor retorne para o local do impacto. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Não foi pedido SNUC nas fases anteriores. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Então aqueles que forem favoráveis à Condicionante da forma já utilizada pela SUPRAM, permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. RODRIGO (PRESIDENTE): Contra. THIAGO (FIEMG): Contra. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Contra. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. ELAINE (FAEMG): Contra, pelas mesmas razões. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Então, Condicionante aprovada, respeitadas a abstenção e os votos contrários. Item 11.1. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Presidente, o prazo ficou 30 dias? RODRIGO (PRESIDENTE): 30 dias, normal. 11.1 destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Sr. Presidente, mesma situação, empreendimento Classe 5. Já verifiquei Conselheiro Fernando, não houve pagamento em fases anteriores, então, eu gostaria de fazer a propositura da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM e perguntar também, há um histórico de descumprimento das Condicionantes nesse Parecer, se esse descumprimento gera alguma dificuldade ou alguma inviabilidade para o empreendimento continuar funcionando. CARLOS (SUPRAM): As Condicionantes descumpridas não tem uma influência direta nos sistemas de controle e de operação do empreendimento. FERNANDO RUAS (ABES): Nesse caso a Condicionante padrão, como tem um histórico anterior ela vai passar para 90 dias, a equipe concorda? Porque ele é um processo de revalidação. CARLOS (SUPRAM): De acordo com o informado pelo empreendedor não houve inclusão de compensação. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. Então vai ser o prazo padrão. Perfeito. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Mais alguma dúvida sobre esse processo? Então, coloco em votação o processo 11.1, aqueles que forem favoráveis ao Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. Processo aprovado. Coloco em votação a Condicionante proposta pelo Ministério Público nos formatos já utilizados pela SUPRAM, aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. THIAGO (FIEMG): Voto contra, por entender que não há no processo e no Parecer a declaração de significativo impacto ambiental. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelos mesmos argumentos anteriores. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. ELAINE (FAEMG): Contra também pela ausência do EIA/RIMA. FERNANDO RUAS (ABES): Contra, acompanhando o Parecer do Thiago. RODRIGO (PRESIDENTE): Certo. Então, Condicionante aprovada, com 01 abstenção e os votos contrários registrados. Passamos então ao item 11.2, destaque da SUPRAM. CARLOS (SUPRA): É apenas uma correção. Na página 08, no final, em relação ao cumprimento da Condicionante nº 01, está ai Condicionante cumprida, na verdade é cumprida parcialmente. E a Condicionante nº 05 do Anexo I o prazo de validade do AVCB é para Abril de 2017 e não Maio de 2018, essa é correção, o prazo para a Condicionante nº 05 é para Abril de 2017. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Feitas as retificações coloco então em votação o processo 11.2 – Auto Posto Canadá de Iturama Ltda EPP, aqueles que forem favoráveis ao Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem. Processo aprovado. Item 12.1 – Vale Fertilizantes S.A., destaque do Ministério Público e Conselheiro Geraldo. CARLOS VALERA (PGJ): Eu queria um esclarecimento da equipe técnica, é um empreendimento Classe 6 e é um adendo à Revalidação. Se já foi condicionado na revalidação a Condicionante da Lei do SNUC? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Carlos, na fase anterior ao processo de revalidação foi com SNUC. CARLOS VALERA (PGJ): Então, muito obrigado. Acho que o Conselheiro Thiago quer fazer uma observação aqui. THIAGO



(FIEMG): Bom, na mesma forma que na fase anterior o empreendedor nos trouxe aqui algumas informações sobre a questão do “*Dam-breake*”, gostaria de saber se o empreendedor tem necessidade de falar algo sobre essa questão também, desse plano. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Sr. Presidente, talvez não precise da discussão porque eu quero pedir vista desse processo, em conjunto com o Frei Rodrigo da AMEDI, para a gente dar uma olhada nisso. THIAGO (FIEMG): Então, gostaria de pedir vistas também. RODRIGO (PRESIDENTE): Então, vistas conjunta com o Conselheiro Antônio Geraldo e FIEMG. Ele não pode solicitar vistas porque ele não está presente. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Está bom. MARCIO BOCHI (FEDERAMINAS): Gostaria de pedir vistas também. RODRIGO (PRESIDENTE): Vistas concedidas também. Mais algum? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): No caso, o consultor especialista ele pode falar? THIAGO (FIEMG): Justamente, de qualquer forma a gente aproveita. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Não é questão de vistas, não é de “*Dam-breake*” não, é justamente para expor aos Conselheiros, como expôs à SUPRAM, o motivo de fazer essa modificação de lançamento, que pode ajudar. Não é não pedir vistas não, a questão é só para conhecimento do Conselho. RODRIGO (PRESIDENTE): É procedimental, pediu vistas, retiramos de pauta, não se discute. Mas, eu acho que no caso específico desse colocou para discussão dos Conselheiros. Os senhores concordam? Então, por favor, pode se manifestar. GUILHERME ABRÃO (EMPRESA GEO CONSULTORIA): Bom dia. A gente é responsável pela segurança das Barragens da unidade da Vale Fertilizantes e a critério de esclarecimento, o que está sendo pedido é a remoção da vegetação, a supressão vegetal para passar uma tubulação pela margem do reservatório para a gente conseguir lançar os rejeitos mais na cabeceira do reservatório onde ainda existe uma grande quantidade água, de volume disponível para ser ocupado com rejeitos, dessa maneira proteger e ocupar melhor todo o reservatório e mitigar os riscos que viriam no futuro, se isso não ocorrer, de dificuldades de clarificação da água, da água que é extravasada, da água que é captada e recirculada na Usina. É um assunto que não tem haver com o Barramento e sim com o Reservatório, se alguém tiver algum assunto adicional a gente está à disposição. FERNANDO RUAS (ABES): É uma dúvida, a gente vai tirar esse processo em vista, já foi retirado, vai voltar só em Fevereiro, esse atraso nessa obra agora nesse período chuvoso pode ocasionar algum risco? Essa obra seria feita agora nesse período chuvoso mesmo ou tem esse adiamento em quase praticamente 02 meses vai causar algum transtorno ou algum risco na Barragem? GUILHERME ABRÃO (EMPRESA GEO CONSULTORIA): O risco é uma questão de probabilidade de falha, esse risco foi mapeado na nossa Barragem já em 2014 e o pedido para execução disso aí, me parece que entrou aqui em Fevereiro desse ano, a obra já está contratada e estava prevista para ocorrer agora. O adiamento aumenta o risco de problema; o problema seria melhora ou piora da água e não de acidente da Barragem. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. Obrigado. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Foi pedido pela Vale, através de um Ofício, em caráter emergencial, que fosse feita a obra. A SUPRAM, no caso, emitiu como a Lei permite que em caráter de risco, se há risco então faça e está vindo a julgamento do COPAM. Então, se há um risco, a gente não vai pagar para ver acontecer. Então, na verdade o que o Fernando Ruas está perguntando, a obra foi autorizada e está vindo para julgamento no COPAM. Simplesmente com o Parecer que o COPAM tem que votar, porque se o COPAM for contra também, nós da equipe técnica, foi em caráter emergencial, está votando aqui para o COPAM, no caso, e aqui está o projetista que pode falar melhor. THIAGO (FIEMG): Nós gostaríamos então de, a discussão acabou se adentrando não é Sr. Presidente, por mais que o regimento nos peça que o processo será retirado de pauta, essa informação que o José Roberto nos trouxe, ela me deixou preocupado, porque se eu for retirar o processo para vistas, em Janeiro não tem expediente, só em Fevereiro e é uma obra para segurança do empreendimento, é isso? Você pode nos ajudar então Guilherme, para a gente



entender a solicitação. GUILHERME ABRÃO (EMPRESA GEO CONSULTORIA): Eu trouxe até um desenho aqui, tem que ficar claro que segurança para Barragens de rejeito e para Barragens em geral, ela não é só uma questão de estabilidade de ruptura como ocorreu em Mariana. A Barragem tem que cumprir algumas funções, essa Barragem ela tem 02 funções. A função principal dela é de conter o rejeito e ela tem um reservatório de água junto ao seu barramento que é responsável por clarificar a polpa que é lançada de rejeito e água que extravasa dessa Barragem ela é um efluente, tem uma outra Barragem de proteção mais à jusante, mas a água tem que sair clarificada dentro dos padrões necessários. O que está acontecendo aqui, eu não sei se todo mundo está vendo, se quiser eu posso passar, o nosso Barramento está nessa posição onde está o meu dedo esquerdo aqui; o lançamento é feito hoje na margem esquerda do reservatório, obrigado, então, a nossa Barragem está aqui e o nosso lançamento sempre foi feito na cabeceira do reservatório da Barragem para dentro do reservatório. Com isso, houve um seccionamento do reservatório e esse reservatório com as condições necessárias para clarificar a água que sai da Barragem, hoje ele está sendo ocupado, o rejeito só está sendo conseguido ser lançado aqui. A gente precisa ocupar todo esse reservatório que ainda temos à disposição, só que para isso a gente precisa passar uma tubulação na margem esquerda e fazer com que os rejeitos possam ser bombeados para essa região e é aqui onde vai haver a supressão vegetal nessa área, que é o motivo. Ah, já fez uma parte e está faltando uma segunda parte. O que ocorre caso o rejeito continue sendo lançado nesse reservatório, mais perto do maciço? Esse reservatório vai perdendo volume e as condições necessárias para clarificar a água e aí a água no futuro vai poder extravasar fora dos padrões e aqui também tem uma captação de água responsável pela recirculação da Usina, porque essa água vem da Usina e ela é recirculada na Usina, e a qualidade de água aqui vai ficar também prejudicada para recirculação na Usina. Então, está perguntando de risco. Qual é o risco da gente postergar ainda mais essa Barragem? É o risco de você ter uma extravasão de água fora dos padrões. O ideal seria a gente lançar aqui, porque aí a gente ocupa todo aqui e esse reservatório fica preservado. Então, não é uma questão de estabilidade do maciço e sim de segurança desse barramento com relação à função que ela tem também que é de clarificar a água da polpa que é lançada aqui. THIAGO (FIEMG): Em razão das informações que o Consultor nos trouxe, por entender esse caráter emergencial, pelo bom senso, eu gostaria de retirar meu pedido de vista, porque eu não quero concorrer caso tenha algum problema para efetivação dessa obra, para que a segurança ali seja garantida. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Essa informação de que a questão do caráter de emergência da obra e que já foi concedida autorização por parte da SUPRAM, eu sugiro que esse Parecer venha com uma forma diferente, para a gente já ter ciência dessa informação. Aqui só veio ao nosso conhecimento essa questão, creio eu, pelo fato do pedido de vista. Que ele venha então com aquele termozinho em latim *Ad referendum*, para a gente já ficar sabendo dessa autorização. Nada contra a autorização. Eu acho que de fato é viável, por questão de segurança e tal, mas trazer essa informação para a gente de forma preliminar. CARLOS (SUPRAM): No Parecer, Tenente, tem uma descrição a respeito disso, na página nº 03 está lá: *“No dia 05 de agosto foi protocolado o ofício informado a necessidade de intervenção em caráter emergencial no entorno da Barragem de rejeito.”* Está citado no Parecer, inclusive a área que já suprimida até a presente data, salvo engano, 7.200 m², que foi a área que eles intervieram em caráter emergencial. **Áudio não identificado – fora do microfone.** CARLOS (SUPRAM): Página 03. **Áudio não identificado – fora do microfone.** CARLOS (SUPRAM): Foi informada a necessidade e foram enviadas as justificativas técnicas e aí no dia 26 ele protocolou o relatório atualizado da supressão, falando que já havia suprimido 7.200 m². **Áudio não identificado – fora do microfone.** JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Estou no caso de Diretoria Técnica, estou falando juridicamente, mas a Lei nos casos



emergenciais não precisa de autorização da SUPRAM, na verdade ele comunicou e a Lei fala que faça, certo? Então, na própria Lei ela já permite que faça se for em caráter emergencial, porque um barramento se tiver rompendo não precisa vir ao órgão ambiental. Na verdade nós vamos depois à obra ver se é emergencial. No caso, minha equipe foi em um barramento uma vez, falou que caiu um caminhão crista do barramento, foi feito a extravasão do barramento e chegamos lá tinha uma trinca desse tamanho. Se não tivesse feito e tivesse rompido o barramento, seríamos os responsáveis pelo rompimento de um barramento. Então, quem dá essa informação para nós, se a informação não for e a gente ver que não é emergencial, o empreendedor vai ser autuado e vai vir a comunicação ao Conselho. Nesse caso aqui foi e a Ana Luiza que é a gestora do processo verificou as devidas condições que o projetista falou e a equipe da SUPRAM entendeu que era. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu gostaria só de um esclarecimento, como teremos uma reunião extraordinária, no caso esse pedido de vista ele volta nesta reunião extraordinária? RODRIGO (PRESIDENTE): Eu nem tenho conhecimento formal dessa reunião extraordinária, mas de toda forma, acredito que não haja tempo hábil de se pautar o retorno de vista nesse caso. KAMILA (SUPRAM): Só para reforçar o que o Rodrigo colocou. Essa reunião extraordinária não está confirmada. GLAUCIMAR (CODEMA): É uma questão realmente complicada de se fazer porque ele tem dúvidas com relação à questão, mas eu queria que ficasse esclarecido que se já foi comunicado, se ele vai continuar fazendo a obra, porque já começou a fazer o desmate; vai continuar fazendo a obra ou se tem que parar até essa vista? Mais uma questão também que ficou clara que não é uma questão de ruptura que está em risco aí e sim de qualidade da água. Aí o Sr. Geraldo teria que ponderar isso para ver se ele vai assumir as responsabilidades, infelizmente. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Acho que já foi bastante discutido, todos já tem a real dimensão do caso, e solicito então ao Conselheiro, o senhor permanece com o pedido de vistas ou não? A FIEMG já abriu mão do seu pedido de vistas, não é isso? ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Permaneço com o pedido de vistas. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Regimental. Mais alguém quer dividir vistas com o Antônio Geraldo? MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): A gente já tinha solicitado. RODRIGO (PRESIDENTE): Federaminas permanece com seu pedido de vista. FIEMG? THIAGO (FIEMG): Eu nunca fiz esse pedido, vocês estão há um tempo aqui comigo, mas já que o Antônio Geraldo já se manifestou que não vai ponderar no sentido de retirar vistas, eu só queria solicitar a ele então essa razoabilidade, mas ele já se pronunciou aqui que não vai tirar. Então, permanece o pedido de vistas. RODRIGO (PRESIDENTE): Ok. Então, vistas conjunta concedidas ao Conselheiro Antônio Geraldo e a Federaminas. Passemos então ao **item 14 que é Proposta de agenda anual para as reuniões da Unidade Regional Colegiada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do COPAM para o ano de 2016**. Os senhores já receberam por e-mail o calendário proposto pela SUPRAM. Existe alguma proposta de adequação? Pois não. GLAUCIMAR (CODEMA): É só no mês de Outubro que teremos, esse dia 14, a segunda semana teremos na semana do saco cheio, geralmente tem o feriado aí no dia 12, não poderia passar para a outra semana? RODRIGO (PRESIDENTE): SUPRAM? Sugestão de alteração do dia 14 de outubro para o dia 21 de outubro. Então, existem duas propostas, adiantar uma semana ou atrasar uma semana. FRANCO (SUPRAM): De início nós gostaríamos de manter a data, por quê? Em que pese essa situação da semana do saco cheio, vocês sabem que nós temos um passivo, toda uma situação a ser tratada, então, nós tentamos elaborar esse calendário de forma muito precisa. Então, a SUPRAM gostaria, por gentileza, de manter esse calendário como proposto. RODRIGO (PRESIDENTE): A primeira reunião, Fevereiro, é 05 de Fevereiro, sexta feira de Carnaval, poderia ser na quinta, dia 04. FRANCO (SUPRAM): A SUPRAM não se opõe a fazer na quinta. Aí fica a critério do Conselho, a gente não se opõe na quinta. FERNANDO RUAS (ABES): Então, no dia 12 é a segunda sexta feira do mês que



540 é a tradicional data da reunião, então, em vez de fazer na quinta, sugiro fazer no dia 12, que
541 dai mantem a razoabilidade, que é sempre na segunda sexta feira de cada mês. RODRIGO
542 (PRESIDENTE): Na reunião de Fevereiro? FERNANDO RUAS (ABES): Isso. Passaria para
543 o dia 12. FRANCO (SUPRAM): Por que a gente colocou antes, Conselheiro? Como eu havia
544 dito de inicio também, como nós já ficamos o mês de Janeiro sem reunião, existe de certo
545 modo até a cobrança de alguns empreendimentos com a questão de prazo perante instituições
546 financeiras e etc., por isso que a gente antecipou para compensar um pouco essa ausência da
547 reunião de Janeiro. Mas fica a critério do Conselho, inicialmente a SUPRAM insiste em
548 manter o calendário como está. RODRIGO (PRESIDENTE): Conselheiros? FERNANDO
549 RUAS (ABES): Eu acho que deveria ser mantido na sexta feira ou na primeira ou na segunda,
550 mas sempre na sexta feira, todos já tem sua agenda mais ou menos organizada para estar aqui
551 na sexta feira. RODRIGO (PRESIDENTE): Alguém tem outra sugestão? Podemos colocar
552 em votação, como é a questão de Fevereiro? 05 ou 12? Aqueles que forem favoráveis reunião
553 no dia 05 permaneçam como estão, aqueles que preferirem dia 12 se manifestem. Então,
554 permaneceu dia 05. RODRIGO (CREA): 12. RODRIGO (PRESIDENTE): Se a reunião seria
555 dia 05 ou 12 de Fevereiro. Prevaleceu dia 05. Coloco então em votação a Proposta de agenda
556 anual para as reuniões de 2016, aqueles que forem favoráveis da forma como foi encaminhada
557 via e-mail para os senhores permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Calendário
558 aprovado da forma como encaminhado. **15. Encerramento:** Então, no item 15 declaro
559 encerrada a 123ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto
560 Paranaíba. Desejo a todos um bom retorno e um bom final de ano. Nada mais havendo a
561 tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente.
562 Uberlândia, 11 de dezembro de 2015.

563
564
565 _____
566 RODRIGO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (presidente suplente)